



22ª - 14/11/2007

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO REALIZADA NO DIA CATORZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E SETE.

Aos catorze dias do mês de Novembro do ano dois mil e sete, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião da referida Câmara, estando presentes, os senhores Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara, e os senhores Vereadores António Joaquim da Silva Danado, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Rogério António Pinto, Adriano António Chaveiro e João Miguel Amaro Marques, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Administrativa Especialista.

Ausente desta reunião esteve o senhor Vereador João António Romão Pereira Reis, por motivos profissionais, falta que foi considerada justificada.

E tendo todos ocupados os seus lugares, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

A seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, oportunamente distribuída pelo senhor Presidente, foi aprovada por unanimidade:

1) ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS E VISTORIAS

B) PROJECTOS MUNICIPAIS/CRIAÇÃO DE PARAGEM DE AUTOCARRO NA AV. GAGO COUTINHO

2. OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO

A) EMPREITADA DE CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DO CAMPO RELVADO SINTÉTICO DE MONTEMOR-O-NOVO

3. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

A) CONTABILIDADE

B) CEDÊNCIA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE / LOTEAMENTO DE SANTIAGO DO ESCOURAL

4. CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

A) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CORAL DE S. DOMINGOS

B) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO EXTRAORDINÁRIO AO RUGBY CLUBE DE MONTEMOR

5. ACÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO

A) PROJECTO “À DESCOBERTA DAS QUATRO CIDADES” – VENDA DE EDIÇÕES

B) TRANSPORTES ESCOLARES – JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA BOA FÉ

6. ÁREA JURIDICA E DE PESSOAL

A) DIREITO DE SUPERFÍCIE/ EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA / RAUL VICENTE DE SOUSA RAMALHO

B) DIREITO DE SUPERFÍCIE/ EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA / ARSÉNIO MANUEL RAMOS DOMINGUES

C) RECLAMAÇÕES POR DANOS – ANTÓNIO JOSÉ OLIVEIRA ROQUE

D) RECLAMAÇÕES POR DANOS – LUÍS ANJOS PORTO /DANOS EM VEÍCULO

7. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

A) REQUERIMENTOS DIVERSOS

8. PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A) INVESTIMENTO INDUSTRIAL - RESERVA DO LOTE LI 31 NA ZIA

9 ATENDIMENTO DE MUNÍCIPES

Período Antes da Ordem do Dia

Encerramento de Postos da GNR

Foi o senhor Presidente que interveio inicialmente para se reportar à publicação de uma notícia na comunicação social sobre a elaboração de um relatório o qual prevê o encerramento dos Postos da GNR de Cabrela e Escoural.

Recordou seguidamente que, há meses atrás e por solicitação da Assembleia Municipal, decorreu uma reunião entre uma Comissão do Município (Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia rurais com postos da GNR, Câmara Municipal) e a senhora Governadora Civil onde esta, como foi oportunamente reportado à Câmara, transmitiu que ainda nada se previa sobre o encerramento de postos da GNR no concelho e que, antes de qualquer decisão governamental sobre a matéria, a Câmara e as Juntas de Freguesia seriam chamadas a pronunciar-se. Entretanto, passou o calendário apontado sem qualquer informação oficial.

Registou o senhor Presidente que, apesar da ausência de dados oficiais, as informações oficiosas que vão correndo têm insistentemente apontado o encerramento dos postos da GNR de Escoural e Cabrela, encerramento esse que, reafirmou, significaria uma quebra tremenda na segurança daquelas populações porque aqueles postos além de cobrirem a maior freguesia rural em população abrangem um território muito significativo.

Perante a situação exposta o senhor Presidente disse tencionar oficial o Governo Civil a questionar se dispõem de dados complementares sobre a matéria, tendo por base a reunião realizada.

Programa Polis XXI

Em nova intervenção o senhor Presidente disse que na sequência da informação que prestou numa recente reunião deste órgão, a nossa Câmara e a Câmara de Évora têm vindo a coordenar o trabalho preparatório para a apresentação de uma candidatura ao Programa POLIS XXI - Acções Preparatórias para a qual se está a tentar constituir uma rede de Municípios e de outras entidades, rede essa que poderia concorrer também a outros programas como o QREN.

Na sequência das negociações ocorreram desenvolvimentos positivos envolvendo 10 municípios, nomeadamente os que se situam no corredor da A6 e ainda Santiago do Cacém e Sines.

Acrescentou depois que levaram a efeito várias reuniões para definir orientações.

Inicialmente admitiram a hipótese da candidatura ser elaborada pela empresa Parque Expo, porém a empresa em causa retirou-se devido a problema burocráticos. Nesta sequência decidiram que a elaboração da candidatura estaria a cargo da ADRAL, a qual elaborou um trabalho notório, que foi apresentado ontem dia 13 do corrente, onde foi aprovado genericamente.

Foi finalmente decido pelo municípios envolvidos que a candidatura seguirá os seus tramites legais e que a Rede estar a ser coordenada pelos Municípios de Montemor e Évora, como a lei exige a identificação de um único Município como “líder”, foi indicado o de Évora.

Já existe acordo com um conjunto de outras entidades que irão participar na rede, nomeadamente a Universidade de Évora, Escola Superior de Beja, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Cevalor, Administração do Porto de Sines e ADRAL. A rede foi designada por Corredor Azul.

A concluir o senhor Presidente disse que o documento está a ser ultimado e que a sua elaboração foi concretizada num curto espaço de tempo devido aos prazos impostos.

Independentemente da aprovação da candidatura, o trabalho continuará (disse a concluir).

Tomou seguidamente da palavra a senhora Vereadora Hortênsia para afirmar que o trabalho conjunto é extremamente positivo, verificando-se no caso em pareço uma cooperação entre vários municípios que apontam um eixo de desenvolvimento para a região, o que considerou como uma mais valia.

Igreja de S. Francisco

Retomou a palavra o senhor Presidente para dizer que aquando das negociações de terrenos nos Foros de Vale Figueira, foi abordado no sentido da Câmara Municipal equacionar a hipótese da cedência da Igreja de S. Francisco à Paróquia.

Informou seguidamente o senhor Presidente que não se trata de uma surpresa atendendo a que a situação já anteriormente foi afluada e nessa altura a Câmara admitiu a possibilidade da cedência daquele espaço, com a contrapartida da Paróquia se responsabilizar pela sua recuperação, bem como utilizar aquele espaço para outras actividades compatíveis com a dignidade do local e nessa perspectiva chegaram mesmo a elaborar um protocolo.

A concluir o senhor Presidente admitiu considerar esta hipótese desde que a paróquia assuma as responsabilidades inerentes ao local e nomeadamente a recuperação e conservação do edifício e desde que exista uma proposta concreta para poder decidir em conformidade.

Carta Estratégica

Interveio seguidamente o senhor Vereador Rogério Pinto para se reportar a anterior reunião de Câmara na qual solicitou a cedência do documento apresentado pelo PSD sobre a carta estratégica, o qual, apesar de lhe ter sido prometido, ainda não lhe foi facultado.

Ao que o senhor Presidente disse não ter compreendido que o senhor Vereador Rogério Pinto pretendia que lhe fosse entregue uma cópia do documento do PSD sobre a Carta Estratégica mas, havendo autorização do Vereador João Pereira Reis, solicitará aos Serviços que disponibilizem com a brevidade possível o referido documento.

Arranjos exteriores na Rua Fernando Namora

Em nova intervenção o senhor Vereador Rogério Pinto disse que aquando da visita realizada por toda a vereação ao parque municipal, foi também feita uma visita a uma obra de arranjos exteriores que até estava com bom andamento, mas agora, ao passar pelo local, verificou que aparentemente o estado da obra recuou, uma vez que está tudo muito mais desordenado. Por isso, solicitava uma explicação para a situação.

O senhor Vereador António Danado informou que à medida que a obra vai avançando é normal que os restos de calçada e pó de pedra se vão acumulando na zona junto à entrada da obra, pelo que entende não haver qualquer desordem na respectiva obra, repudiando peremptoriamente as afirmações do senhor Vereador Rogério Pinto.

Instalação da comunidade cigana

Em nova intervenção o senhor Vereador Rogério Pinto questionou para quando se prevê a mudança de instalações da comunidade cigana.

Ao que o senhor Presidente respondeu que se pretende criar um espaço específico para instalação daquela comunidade ao invés dos tradicionais acampamentos sem qualquer tipo de condições higiénico – sanitárias e colocá-los em espaços mais condignos, respeitando a diferença, mas responsabilizando-os com deveres à semelhança dos outros cidadãos.

Explicou seguidamente que não impõem a ninguém a obrigatoriedade de habitar aquele local.

De momento estão a ultimar alguns pormenores, quando os trabalhos estiverem concluídos, serão tomadas as devidas diligências no sentido de proceder à transferência.

Interveio seguidamente o senhor Vereador António Danado para explicar que a obra está ser levada a efeito por administração directa, sendo que estão a ser instalados ramais de esgoto e água para todas as “habitações”, assim como colectores de águas pluviais, também eles individuais para cada habitação. Este facto originou ainda, a construção que não se esperava, de um muro de suporte junto à

propriedade vizinha. Aguarda-se ainda a baixada da EDP para que também possam ser colocados contadores individuais à entrada do acampamento o que também irá acontecer com o abastecimento de água.

Novo Parque Desportivo Municipal

Retomou a palavra o senhor Vereador Rogério Pinto para questionar para quando se prevê a conclusão do Parque Desportivo.

Tomou a palavra o senhor Presidente para explicar que a fiscalização detectou problemas no decurso da obra o que levou ao agendamento de uma reunião com a empresa (Tecnovia), reunião essa que decorreu ontem dia 13 do corrente.

A Câmara transmitiu à empresa quer as preocupações com o evoluir da obra, quer com o sucessivo adiamento do prazo de conclusão, quer sobretudo com um desrespeito sistemático pelas orientações, sugestões e indicações da fiscalização camarária. Em relação a este último ponto, o senhor Presidente sublinhou que, para evitar problemas com a Câmara, seria indispensável que a empresa alterasse o seu comportamento para com os fiscais municipais cujas orientações devem ser acatadas.

Os responsáveis da empresa responderam que pretendiam ter uma relação normal e saudável com a Câmara pelo que, desde logo, pediram para transmitir as desculpas aos fiscais municipais e afirmaram irão dar instruções para que o comportamento relatado seja corrigido de imediato. Foi decidido agendar uma reunião técnica conjunta para análise e resolução comum dos problemas existentes.

A concluir, disse, que questionou a empresa sobre o prazo de conclusão para a obra, ao que a empresa respondeu que previa concluir até 8 de Janeiro mas que procurará antecipar para 20 de Dezembro, data sobre a qual manifestou algum cepticismo face ao atraso existente.

10º Aniversário da Oficina do Canto

Interveio seguidamente o senhor Vereador João Marques para se reportar ao espectáculo comemorativo do 10 aniversário da existência da Oficina do Canto, intitulado “Uma Carta às Cores”, que teve lugar no passado dia 10 de Novembro, tendo-o considerado como uma mais valia na área sócio – cultural.

Registou aqui o trabalho meritório desenvolvido pela D. Maria do Amparo.

Festival de Sopas

Em nova intervenção o senhor Vereador João Marques registou a realização IV edição do Festival de Sopas que decorreu nos dias 10 e 11 de Novembro e que apesar da participação de menos restaurantes que nas anteriores edições, o certame decorreu de uma forma bastante positiva tendo superado as expectativas.

O senhor Presidente salientou a excelente qualidade das sopas apresentadas.

Ruptura de Conduta

Foi o senhor Vereador António Danado que interveio seguidamente para dar conhecimento da ocorrência de uma ruptura na conduta junto às piscinas, receando que esteja relacionada com a movimentação de terras naquela zona, tendo ficado afectadas a zona de S. Domingos, Loteamento da Quinta da Nora e Rua D. Sancho I, no entanto estão a solucionar com o sub-sistema de abastecimento do castelo.

Ordem de Trabalhos

1) ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS E VISTORIAS

Foi a senhora Vereadora Hortênsia Menino que interveio em primeiro lugar para apresentar os seguintes processos de licenciamento, requerimentos e vistorias:

De: JOAQUINA MARIA DE CARVALHO RIBEIRO e VISITAÇÃO MARIA DE CARVALHO RIBEIRO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura e constituição em propriedade horizontal para a obra de construção de moradia bifamiliar a levar a efeito no Foro da Estrada, na Rua dos Foros Velhos, n.º 12, freguesia de Ciborro, tendo como técnico responsável Custódio Joaquim de Oliveira Barroso, número 342.

Data de entrada do requerimento: 26/09/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços

De: JOAQUINA MARIA DE CARVALHO RIBEIRO e VISITAÇÃO MARIA DE CARVALHO RIBEIRO, requerendo aprovação do projecto e licenciamento da demolição do prédio existente no Foro da Estrada, na Rua dos Foros Velhos, n.º 12, freguesia de Ciborro, tendo como técnico responsável Custódio Joaquim de Oliveira Barroso, número 342.

Data de entrada do requerimento: 26/09/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços e Termo de Responsabilidade do Técnico

De: VASCO MIGUEL REBOCHO MENDES, requerendo aprovação do projecto de gás e autorização para a obra de construção de moradia e anexo a levar a efeito na Rua Florbela Espanca, n.º 29, freguesia de Silveiras, tendo como técnico responsável Vítor Manuel da Silva.

Data de entrada do requerimento: 7/11/2007

Data da aprovação do projecto de arquitectura: Deliberação Camarária de 11/07/2007

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com a deliberação camarária de 11/07/2007 e Termo de Responsabilidade do Técnico

De: JACINTO JOSÉ SOUSA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de posto de abastecimento de combustíveis a levar a efeito no prédio rústico denominado por Mouzinhos, freguesia de Escoural, tendo como técnico responsável António da Silva Godinho.

Data de entrada do requerimento: 12/07/2007 e 7/09/2007

Tem parecer da D.A.U., ANPC e DRE

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços

De: FRANCELINA MARIA DOS SANTOS PISA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de remodelação e ampliação de monte alentejano sito no prédio misto denominado por Casas Novas, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Data de entrada do requerimento: 13/08/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços

De: EDMUNDO JOSÉ PINTO SALGUEIRO, requerendo aprovação do projecto de estabilidade e licenciamento da obra de reparação da cobertura do edifício sito na Rua de S. Domingos, n.º 11, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Dário Miguel Flores Velho.

Data de entrada do requerimento: 6/08/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir nas condições do parecer dos serviços e Termo de Responsabilidade do Técnico

De: RUI MANUEL GANHÃO PARDAL, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de moradia a levar a efeito em Estanque, lote 7, S. Geraldo, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável João de Deus Pereira Cunha Galvão, número 344.

Data de entrada do requerimento: 6/08/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços

De: MARIA OFÉLIA PINETRA SARAIVA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura e licenciamento da obra de construção de muro de vedação a levar a efeito na Estrada Nacional 2, n.º 22, Fazendas do Cortiço, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável José Alexandre Palminha Madruga Neves, número 325.

Data de entrada do requerimento: 24/09/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir nas condições do parecer dos serviços, Termo de Responsabilidade do Técnico e respeito pelo projecto de reabilitação da E.N. 2 elaborado pela EP para o local

De: MARCELINO MANUEL MALHÃO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de remodelação de estabelecimento de restauração e bebidas sito no Monte Estoril, freguesia de Silveiras, tendo como técnicos responsáveis Custódio Joaquim de Oliveira Barroso, número 342 e José Alexandre Palminha Madruga Neves, número 325.

Data de entrada do requerimento: 4/10/2007 e 15/10/2007

Tem parecer da D.A.U., ANPC, ARSA e despacho do Sr. Presidente de 5/11/2007

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Sr. Presidente de 5/11/2007

De: FILIPE ANTÓNIO, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e licenciamento da obra de construção de moradia a levar a efeito no prédio rústico denominado por Feijoeira, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnicos responsáveis José Alexandre Palminha Madruga Neves, número 325 e Vitor Manuel da Silva

Data de entrada do requerimento: 8/10/2007

Data da aprovação do projecto de arquitectura: Deliberação camarária de 5/09/2007

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com a deliberação camarária de 5/09/2007 e Termos de Responsabilidade dos Técnicos

De: TORRESMOR – CONSTRUÇÕES, LDA., requerendo informação prévia sobre demolição de prédio existente e construção de novo edifício no Largo General Humberto Delgado, n.º 15, 16 e 17 e Rua de S. Domingos, n.º 2 e 4, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Data de entrada do requerimento: 4/06/2007

Tem parecer da D.A.U. e DRCA

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade indeferir nos termos do parecer dos serviços e do IPPAR, sugerindo-se a apresentação do Estudo Prévio, em base de levantamento rigoroso

De: LUIS CUSTÓDIO FRADINHO CANTANHEDE, requerendo informação prévia sobre construção de edifício na Rua das Fontainhas, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 21/06/2007

Tem parecer da D.A.U. e DRCA

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir nas condições do parecer dos serviços

De: FILIPE BERNARDINO ESTROIA LAGARTIXO, requerendo aprovação do projecto de gás e autorização para a obra de construção de moradia e anexo a levar a efeito na Rua Florbela Espanca, n.º 21, freguesia de Silveiras, tendo como técnico responsável Vítor Manuel da Silva.

Data de entrada do requerimento: 16/10/2007

Data da aprovação do projecto de arquitectura: Deliberação camarária de 5/09/2007

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com a deliberação camarária de 5/09/2007 e Termo de Responsabilidade do Técnico

De: LEONTINA NARCISA GOMES PENICHE BUCHA, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e autorização para a obra de adaptação de edifício para lar de idosos e centro de dia sito na Rua Tomé Adelino Vidigal, lote C5, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável

Data de entrada do requerimento: 7/11/2007

Data da aprovação do projecto de arquitectura: Deliberação camarária de 17/10/2007

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com a deliberação camarária de 7/11/2007 e Termo de Responsabilidade do Técnico

Vistorias

De: CAMILA MARIA CHARNECA PÃOZINHO GUERLIXA, requerendo emissão de alvará de utilização para estabelecimento de bebidas (Café) sito na Rua Bernardino Machado, n.º 7, freguesia de Escoural.

Data de entrada do requerimento: 1/10/2007

Tem parecer da Comissão de Vistorias

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade homologar o Auto de Vistoria

Requerimentos diversos

De: ANA SOFIA MARQUES TOCHA GRILO, requerendo averbamento do novo titular e entidade exploradora para seu nome no alvará de utilização para serviços de restauração (Snak-Bar) sito no Largo dos Paços do Concelho, n.º 17 e 18, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 30/10/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços

De: ZILDA MARIA LOPES DA GRAÇA PAIXÃO, requerendo aprovação do projecto de condicionamento acústico para o estabelecimento de bebidas sito na Rua Nossa Senhora da Visitação, lote B 26, fracção “A”, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Data de entrada do requerimento: 18/10/2007

Tem parecer da D.A.U. e despacho do Sr. Presidente de 5/11/2007

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Sr. Presidente de 5/11/2007

De: STELA CRISTINA CALHO BONECAS, requerendo averbamento da nova entidade exploradora para seu nome no alvará de utilização para estabelecimento misto (Café/Snack-Bar) sito na Travessa Machado dos Santos, n.º 6A, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 29/10/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços

B) PROJECTOS MUNICIPAIS/CRIAÇÃO DE PARAGEM DE AUTOCARRO NA AV. GAGO COUTINHO

Em nova intervenção a senhora Vereadora Hortênsia Menino apresentou a seguinte proposta:

Junto se apresenta o estudo para criação de uma paragem no extremo Sul / Nascente da Av Gago Coutinho.

1.Consultada, a DEE/EP (ofº 1291 de 5/11/07) “não vê inconveniente na construção da referida gare de paragem de autocarros, sugerindo-se que, do lado oposto, a gare existente de dimensões exíguas seja adequada a uma geometria idêntica.”

2.Face ao exposto propõe-se a aprovação do projecto, colocando-se à consideração superior a requalificação da paragem existente e fronteira ao local será construída a presente, conforme é sugerido pela DEE .

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projecto apresentado.

2. OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO

A) EMPREITADA DE CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DO CAMPO RELVADO SINTÉTICO DE MONTEMOR-O-NOVO

Interveio seguidamente o senhor Vereador António Danado que apresentou o seguinte auto de medição referente à empreitada em epígrafe:

Auto de Medição número quinze de trabalhos efectuados pelo Consórcio Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A./Tecnovia Açores – Sociedade de Empreitadas, S.A., na empreitada de concepção / construção do Campo Relvado Sintético de Montemor-o-Novo, no valor de quarenta e um mil novecentos e vinte cinco euros e treze cêntimos, acrescido do IVA no valor de dois mil noventa e seis euros e vinte seis cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar de quarenta e quatro mil e vinte e um euros e trinta e nove

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o presente auto de medição no valor de quarenta e quatro mil e vinte e um euros e trinta e nove

3. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

A) CONTABILIDADE

Listagem de Pagamentos

A Câmara tomou conhecimento da listagem das ordens de pagamento dos documentos números oito mil novecentos e cinquenta e nove a nove mil trezentos e cinquenta e seis no valor de quatrocentos e quarenta e nove mil quarenta e cinco euros e sessenta e sete cêntimos.

B) CEDÊNCIA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE / LOTEAMENTO DE SANTIAGO DO ESCOURAL

Usou seguidamente da palavra o senhor Presidente para referir que a disponibilização de lotes municipais a baixo custo para auto-construção de habitação própria contribuía para fixar e atrair população e esta é uma das apostas da Câmara. Salientou que depois das Silveiras é agora possível avançar no Escoural e referiu que, além do muito baixo custo dos lotes, os jovens tem apoios adicionais com um desconto substancial, medida de apoio à fixação de jovens no concelho. De seguida, apresentou a seguinte proposta:”

a) Propõe-se que seja autorizada a cedência do direito de superfície sobre sete lotes do loteamento municipal sito em Santiago do Escoural.

b) Que, para o efeito, seja aprovado o Edital em anexo enquanto documento disciplinador do procedimento.

c) Que seja designada uma comissão responsável pela liderança e coordenação do procedimento com a seguinte constituição:

Presidente: António Joaquim da Silva Danado, Vereador, 1º Vogal Efectivo: Viriato António Cabido dos Santos, Chefe de Secção, 2º Vogal Efectivo: António Joaquim Gens Coelho, Assistente Administrativo Especialista, 1º Vogal Suplente: Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Vereadora, 2º Vogal Suplente: Joaquim António Duarte da Silva Lourenço, Chefe de Divisão.

Nas faltas e impedimentos, o Presidente do júri seja substituído pelo 1.º vogal efectivo;

d) Que para servir de Secretário seja designado o funcionário António Maria Pimenta Lopes, o qual será substituído nas suas faltas ou impedimentos pela funcionária Maria Aurora Gonçalves de Oliveira Corado Barroso.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar a cedência do direito de superfície sobre sete lotes do Loteamento Municipal do Escoural, bem como o Edital e ainda a Comissão responsável pela liderança e coordenação do procedimento.

4. CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

A) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CORAL DE S. DOMINGOS

Interveio seguidamente o senhor Vereador João Marques para apresentar a seguinte proposta de atribuição de subsídio:

O Coral de S. Domingos, organiza o “XIII Concerto de Outono”, no próximo dia 10 de Novembro/ 07, no sentido de promover a música coral no concelho e a formação de novos públicos, pelo que solicitam um apoio para a recepção ao grupo participante, num total de 80 pessoas, conforme ofício em anexo.

No âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, Legalmente Existentes, e a Actividades de Interesse Municipal) sem fins Lucrativos, publicado no Diário da República a 8 de Novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propõe-se a atribuição de um subsídio ao Coral de S. Domingos, no valor de 472,00 Euros (quatrocentos e setenta e dois Euros), tendo como critério base 5,90€ por participante, num máximo de 1200,00€ para encontro de coros, nos termos da alínea c) do artº. 23º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, aprovado na Reunião de Câmara de 02 de Maio/ 07.

A Associação entregará no prazo de 30 dias após a realização do evento um relatório contendo toda a informação relevante para a avaliação da execução material e financeira do mesmo, especificando, nomeadamente as actividades desenvolvidas e respectivo custo

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio ao Coral de S. Domingos no valor de 472,00 Euros para apoio à realização do XIII Concerto de Outono.

B) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO EXTRAORDINÁRIO AO RUGBY CLUBE DE MONTEMOR

Em nova intervenção o senhor Vereador João Marques apresentou uma outra proposta de atribuição de subsídio, do seguinte teor:

Encontrando-se o Rugby Clube de Montemor-o-Novo, a competir em vários escalões a nível nacional o que acarretou novas exigências, o RCM solicitou à Câmara Municipal, à semelhança da época passada, a atribuição de um subsídio para fazer face às despesas que teve com o aluguer de campos relvados para a realização dos seus jogos oficiais em casa, em virtude de não dispor de nenhum campo próprio.

Considerando o presente nível competitivo, bem como a dificuldade em cumprir com as exigências da Federação Portuguesa de Râguebi no que respeita à apresentação de campo relvado, propõe-se a concessão de um subsídio extraordinário, no âmbito do Capítulo V, Artº. 37 do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, no valor de 450,00 € (Quatrocentos e Cinquenta Euros) para fazer face à despesa efectuada pelo RCM, no mes de Outubro/07 com o aluguer de campos relvados.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio extraordinário ao Rugby Clube de Montemor, no valor de 450,00 Euros, para fazer face à despesa com o aluguer de Campos Relvados, época 2007/2008.

5. ACÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO

A) PROJECTO “À DESCOBERTA DAS QUATRO CIDADES” – VENDA DE EDIÇÕES

Interveio seguidamente o senhor Vereador João Marques para apresentar a seguinte proposta:

Como é do conhecimento do Vereador João Marques e na sequência do acordado na reunião que se realizou em Montemor-o-Novo, no dia 6 de Julho de 2007, do grupo de trabalho do projecto “À descoberta das quatro cidades” para efectuar o balanço das actividades desenvolvidas no ano lectivo

2006/07, foram propostos os seguintes valores para venda nos quatro Municípios, das edições efectuadas no referente ano lectivo no âmbito do projecto:

- Livro “Patrimónios do nosso brincar” : 12,00 €

- Colecção de Postais “Patrimónios do nosso brincar”: 3,00 €

Solicito aprovação pelo executivo camarário da presente proposta.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada

B) TRANSPORTES ESCOLARES – JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA BOA FÉ

A terminar o senhor Vereador João Marques apresentou a proposta que abaixo se transcreve:

Em conformidade com o protocolo aprovado em Reunião de Câmara de 3 de Outubro de 2007, solicita-se autorização para proceder ao pagamento à Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Boa Fé (concelho de Évora), do transporte dos alunos que residem no Monte da Alcava de Cima e S. Brissos e frequentam a Escola EB 2,3 S. João de Deus (concelho de Montemor-o-Novo) e Escola do 1º ciclo de Nª Sra da Boa Fé e a EB 2,3 Santa Clara (concelho de Évora), referente ao mês de Setembro de 2007 do 1º Período do Ano Lectivo 2007/2008.

Mês de Setembro’07 - 1 130 kms - 406,80 Euros

O total de despesa ascende a 406,80 Euros (quatrocentos e seis euros e oitenta cêntimos)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder ao pagamento dos transportes escolares à Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Boa Fé, no valor de 406,80 Euros.

6. ÁREA JURIDICA E DE PESSOAL

A) DIREITO DE SUPERFÍCIE/ EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA / RAUL VICENTE DE SOUSA RAMALHO

Interveio seguidamente o senhor Presidente para apresentar a proposta de abaixo se transcreve:

1.Por escritura celebrada no dia 4/03/1997 o Município de Montemor-o-Novo transmitiu a favor de Raul Vicente de Sousa Ramalho, o direito de superfície sobre o lote de terreno para construção urbana sito na Rua Fernando Namora, Lote 53.

2.O mencionado direito de superfície visava permitir ao adquirente a construção e manutenção de fogos de habitação.

3.Nos termos do artigo 7º do Instrumento Notarial referido em 1. supra, o Município de Montemor-o-Novo goza do direito de preferência nas transmissões inter-vivos que o superficiário pretenda levar a efeito.

4.Neste contexto, o actual superficiário, Sr. Raul Vicente de Sousa Ramalho veio informar que pretende alienar a favor de Paulo Jorge da Conceição de Jesus e de Cláudia Alexandra André dos Santos pelo preço de 145.000,00 € (Cento e quarenta e cinco mil euros) o imóvel construído ao abrigo do direito de superfície de que é titular (imóvel que se encontra inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Nª Srª da Vila sob o art. 2919) e solicita que a Câmara Municipal se pronuncie quanto ao exercício do direito de preferência nesta transmissão.

5.Solicitada a informação à Divisão de Administração Urbanística quanto ao valor de mercado do imóvel a transaccionar, aquela Divisão pronunciou-se nos termos constantes da informação nº 515/2007 datada de 07/11/2007.

6.Desta forma cabe à Exma. Câmara Municipal pronunciar-se exercendo ou não o seu direito de preferência no projectado negócio.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade não exercer o direito de preferência sobre o lote de terreno para construção urbana sito na Rua Fernando Namora, Lote 53, propriedade de Raul Vicente de Sousa Ramalho o qual pretende alienar a favor de Paulo Jorge da Conceição de Jesus

e de Cláudia Alexandra André dos Santos pelo preço de 145.000,00 € (Cento e quarenta e cinco mil euros)

B) DIREITO DE SUPERFÍCIE/ EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA / ARSÉNIO MANUEL RAMOS DOMINGUES

Continuando a intervir o senhor Presidente apresentou uma outra proposta sobre o Direito de Superfície, do seguinte teor:

1. Por escritura celebrada no dia 18/02/1998 o Município de Montemor-o-Novo transmitiu a favor de Arsénio Manuel Ramos Domingues, o direito de superfície sobre o lote de terreno para construção urbana sito na Rua Ramos Horta, nº 16.

2. O mencionado direito de superfície visava permitir ao adquirente a construção e manutenção de fogos de habitação.

3. Nos termos do artigo 7º do Instrumento Notarial referido em 1. supra, o Município de Montemor-o-Novo goza do direito de preferência nas transmissões inter-vivos que o superficiário pretenda levar a efeito.

4. Neste contexto, o actual superficiário, Sr. Arsénio Manuel Ramos Domingues veio informar que pretende alienar a favor de Jorge Manuel Curto dos Santos pelo preço de 147.500,00 € (Cento e quarenta e sete mil e quinhentos euros) o imóvel construído ao abrigo do direito de superfície de que é titular (imóvel que se encontra inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Nª Srª da Vila sob o art. 2942) e solicita que a Câmara Municipal se pronuncie quanto ao exercício do direito de preferência nesta transmissão.

5. Solicitada a informação à Divisão de Administração Urbanística quanto ao valor de mercado do imóvel a transaccionar, aquela Divisão pronunciou-se nos termos constantes da informação nº 508/2007 datada de 06/11/2007.

6. Desta forma cabe à Exma. Câmara Municipal pronunciar-se exercendo ou não o seu direito de preferência no projectado negócio.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade não exercer o exercício do direito de superfície sobre o lote de terreno para construção urbana sito na Rua Ramos Horta, nº 16, propriedade de Arsénio Manuel Ramos Domingues o qual pretende alienar a favor de Jorge Manuel Curto dos Santos pelo preço de 147.500,00 € (Cento e quarenta e sete mil e quinhentos euros).

C) RECLAMAÇÕES POR DANOS – ANTÓNIO JOSÉ OLIVEIRA ROQUE

Prosseguindo a sua intervenção o senhor Presidente apresentou um documento referente a uma reclamação por danos efectuada por António José Oliveira Roque, documento que foi rubricado por todos os membros do executivo presentes e no termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada a qual não dá razão ao reclamante.

D) RECLAMAÇÕES POR DANOS – LUÍS ANJOS PORTO /DANOS EM VEÍCULO

A terminar o senhor Presidente apresentou um outro documento também relacionado com uma reclamação por danos efectuada por Luís Anjos Porto, documento que foi rubricado por todos os membros do executivo presentes e no termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada a qual dá razão ao reclamante.

7. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

A) REQUERIMENTOS DIVERSOS

Usou seguidamente da palavra a senhora Vereadora Hortênsia Menino para apresentar a seguinte proposta:

Sociedade Agrícola da Foz e Fronteira, Lda, requerendo informação prévia para instalação de uma exploração suinícola de porco preto em regime extensivo sazonal (Exploração industrial) em áreas cercadas ao ar livre (cerca de 162,25 ha), localizada no prédio rústico “Herdade da Alcava de Baixo” (art. 3, secção GG), freguesia de N. Sra. da Vila.

Tem parecer conjunto da D.A.S.U e da Autoridade de Saúde.

(IPA 12/07 – IO1768/07)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com duas abstenções dos senhores Vereadores do PS, deferir de acordo com parecer e condições propostas no parecer conjunto

8. PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A) INVESTIMENTO INDUSTRIAL - RESERVA DO LOTE LI 31 NA ZIA

Foi o senhor Presidente que retomou a palavra para referir a satisfação por ter sido concluída com êxito a negociação para instalar uma nova empresa industrial na ZIA, a qual irá produzir um produto inovador para a segurança rodoviária, produto testado num centro próprio em França e que obteve resultados excepcionais quando comparado com as soluções actuais. Informou ainda que a empresa Flexipiso – Pavimentos, Lda vai ainda criar uma outra linha de produção para expandir o tipo de pavimento que já produz com crescente procura. Esta é uma indústria inovadora que tem grande interesse para o concelho e se insere na estratégia de desenvolvimento apontada na Carta Estratégica. De seguida apresentou a seguinte proposta de reserva de lote na Zona Industrial da Adua:”

A empresa Flexipiso - Pavimentos, Lda solicitou a reserva do lote LI 31 (5 000m²) da Zona Industrial da Adua para expansão da sua actividade que exerce actualmente no Parque Industrial do Barreiro.

Informação adicional prestada pelo promotor do projecto a implementar:

- 1. A empresa iniciou a sua actividade em 1997 e dedica-se ao fabrico e comercialização de pavimentos e montagens e desmontagens industriais;*
- 2. O espaço pretendido destina-se à construção da unidade industrial com uma área aproximada de 3000 m²;*

- 3. A crescente procura dos produtos fabricados, quer para o mercado nacional, quer para o mercado espanhol, implica o recurso a turnos de produção;*

Em consequência a Flexipiso irá adquirir equipamento que lhe permitirá aumentar a capacidade produtiva, com o aumento consequente dos postos de trabalho.

- 4. Por outro lado está a iniciar a produção de um novo produto - rails de protecção para estradas e auto-estradas;*

- 5. Montante do investimento a realizar: cerca de 1 000 000 €;*

- 6. Pretende iniciar a actividade em Março de 2008.*

- 7. Prevêem criar cerca de 30 postos de trabalho;*

Face ao exposto, propõe-se que o lote LI 31 seja reservado à empresa Flexipiso - Pavimentos, Lda pelo período de seis meses.

Caso a proposta apresentada seja deferida, a empresa será informada:

a) Da aprovação da reserva e que de acordo com o artigo 18º das Normas Específicas da ZIA, para inscrição do lote, terá que efectuar o pagamento de uma caução correspondente a 10 % do valor do mesmo, no prazo de 3 semanas.

b) Que o lote é reservado por seis meses a contar da data de pagamento da caução, período durante o qual deverá tratar dos trâmites necessários para o processo de aquisição do lote e iniciar o processo de elaboração do projecto.

Na eventualidade da empresa Flexipiso - Pavimentos, Lda não cumprir o exposto nas alíneas anteriores, considerar-se-á o lote livre para novos interessados.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade que o lote LI 31 seja reservado à empresa Flexipiso, Pavimentos Lda., pelo período de seis meses.

9 ATENDIMENTO DE MUNICÍPIES

No presente ponto da Ordem de Trabalhos não compareceram quaisquer munícipes.

Aprovação da acta em minuta

E não havendo mais assunto a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta acta em minuta, ao abrigo do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

E eu, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Administrativo Especialista, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A ASSISTENTE ADMINISTRATIVA ESPECIALISTA,